

OS INTELECTUAIS COMO INTÉRPRETES DA NAÇÃO:
A REVISTA *NITERÓI* E A INTRODUÇÃO DO
ROMANTISMO NO BRASIL

Débora El-Jaick Andrade
Doutoranda em História Social
Universidade Federal Fluminense

Resumo

A adesão ao Romantismo pelos intelectuais latino-americanos deu-se em função da constituição das novas nações após as emancipações políticas. Em seu programa, visavam completar a independência política, estendê-la para a esfera cultural, em especial nas artes, na literatura e no estudo do passado nacional. Neste momento destacava-se na sociedade o grupo social dos intelectuais, através da ampliação do público leitor, da complexificação das relações no campo intelectual literário e artístico e dos espaços de sociabilidade que eram criados. A introdução de valores e da visão de mundo do Romantismo deveu-se, no Brasil, à revista *Niterói*, periódico publicado em 1836 em Paris, que propõe a fundação de uma nova literatura nativista e original, e de uma nova forma de interpretar a sociedade brasileira, buscando seu avanço espiritual e material.

Palavras-chave: Romantismo-século XIX; história das idéias; Revista *Niterói*

Abstract

The adherence of latin american intellectuals to Romanticism occurred due to the formation of new nations, following political liberations. They meant to accomplish political independence, to expand it to the cultural sphere, especially to arts, literature and to the study of the national past. At that period the social group of intellectuals distinguished themselves through the expansion of literacy, the development of relations within intellectual, literary and artistic camps, and the creation of places of sociability. The introduction of the romantic world-view and values in Brazil, was due to *Niterói*, a periodical published in Paris in 1836, which proposed the foundation of a new native and original literature, as well as a new form of interpreting brazilian society, searching for its spiritual and material advancement.

Key-words: Romanticism; 19th century; History of ideas; *Niterói*

O processo de independência das nações da América Latina, que se desenrolou entre 1810 e 1830, foi seguido da constituição de Estados autônomos, dirigidos não mais por representantes das classes dominantes européias, espanhóis e portugueses, mas por membros da aristocracia agrária *criolla*. Esta classe que já era dominante durante o período colonial ascendia à classe dirigente com o estabelecimento de repúblicas no fragmentado território latino-americano.

Com exceção do Brasil, país de colonização portuguesa, os povos do vasto território americano possuíam traços sócio-culturais comuns, formados no período da colonização ibérica, e passaram por experiências de libertação mais ou menos simultâneas. Contudo, fracassaram em superar as unidades administrativas do período colonial e em formar uma federação de províncias, componentes de uma única Nação Latino-americana, como era intenção de Bolívar.

O caso brasileiro fora excepcional. Ocorrera a formação de uma monarquia que, como afirma Emília Viotti da Costa, tinha laços de continuidade com relação à herança e administração portuguesa¹, mantendo unido sob a forma de império um vasto território. A independência, na realidade, constituiu-se para as classes proprietárias em uma alternativa à Revolução, enquanto foi apropriada pelas classes subalternas como promessa de igualdade econômica e fim da escravidão. Esta continuidade, que significava a garantia da ordem, não foi consensual, haja visto o enorme sentimento de lusofobia que gerou dissidências nas províncias do Nordeste e revoltas urbanas na cidade do Rio de Janeiro, culminando com a abdicação do monarca da dinastia dos Bragança, D. Pedro I, em 1831.

A penetração da nobreza e de políticos portugueses no Estado brasileiro em constituição e a proteção que era destinada aos interesses de comerciantes e traficantes de origem lusa tornavam ainda a questão da independência um desafio e uma tarefa a ser efetivada na realidade política e econômica concreta, tanto no nível das representações quanto no das idéias na sociedade brasileira.

O momento que segue à independência latino-americana é de construção dos Estados e de sua burocracia, suas leis, seus aparelhos ideológicos e instituições culturais, aproveitando quando possível as antigas instituições do período colonial. Mas paralelamente à organização e à ascensão para a direção das classes proprietárias, um importante dilema se colocava diante destas como produto da revolução: o que fazer com os indígenas, com os trabalhadores pobres, escravos (em algumas regiões da América Latina) e mulatos livres, que lutaram nos processos de independência? Como buscar a adesão ao projeto nacional e ao mesmo tempo manter o controle social, introjetar uma disciplina cívica, obediência às novas leis, diante de grupos sociais em ebulição que começavam a sentir concretamente as contradições da nova sociedade pós-independência e a percebê-la como igualmente excludente?

A questão também se apresentava para os intelectuais latino-americanos que apoiaram os processos de independência. Participantes por origem de classe ou por identificação com as classes proprietárias, herdeiros de um saber erudito e letrado, que como mostra Angel Rama legitimava o poder na sociedade colonial², os escritores, artistas e bacharéis também se encontravam apartados da função de direção do Estado. O fracasso dos experimentos liberais entre 1810 e 1830 que conduziram os Estados a regimes autoritários, seja com a ditadura de Rosas na Argentina, ou com o ensaio absolutista de Dom Pedro I em 1824 no Brasil, forçou a geração de 1830 a repensar o problema da adequação entre o projeto político e o projeto cultural para as recentes Nações. Esta adequação caberia à fração letrada da classe proprietária. O intelectual deve ser percebido como detentor de uma função social que desponta no século XIX tanto na Europa quanto na América. Pierre Bourdieu é um dos autores que melhor caracterizou tal função, considerando que os intelectuais constituem um grupo particular na sociedade, pois têm uma consciência ambígua de seu papel social, produto da subordinação estrutural a qual estão sujeitos. Neste mesmo século dá-se a expansão e o fortalecimento da imprensa, o nascimento do romance de ficção e do folhetim, produzindo grandes tiragens, e no qual os vínculos de classe dos escritores tornam-se menos evidentes. A condição de dependência material do mercado de bens simbólicos submete os escritores e implica que, dependendo de sua posição no campo literário, podem ser marginalizados ou usufruir de reconhecimento e de capital simbólico.³

Paralelamente às contradições inerentes a esta função, os representantes deste grupo se muniam de teorias que legitimam sua condição. O caráter do novo homem de letras que se forja no século XIX pressupõe que ele arma-se de uma espécie de autoridade moral que não coincidia com o poder político efetivo, mas que alcançava talvez muito além do poder individual no Estado moderno.⁴

Os intelectuais latino-americanos influenciados pelas idéias românticas, tais como os europeus, não se furtavam ao engajamento político, seja porque continuavam a acreditar possuir uma função de intermediação através do manejo da palavra escrita entre poder e a sociedade que lhes conferia supremacia total em países de maioria analfabeta, seja porque os elementos novos da ideologia romântica conferiam aos intelectuais uma responsabilidade e uma missão iluminada de interpretar a realidade e de transformá-la. O intelectual passa a ser considerado o portador de uma genialidade criativa, um mediador entre a cultura popular e a erudita.⁵

Jorge Myers explica esta “missão” inerente à função do intelectual, especialmente dos intelectuais românticos, enquanto possuidores de uma consciência política fundamental:

Seu projeto cultural apontaria para uma legitimação do grupo letrado como interlocutor privilegiado frente ao novo poder político, quando detentor direto daquele poder. Os românticos, ao proclamar-se os intérpretes da verdadeira essência da sociedade justificam tacitamente seu direito de participar no desenho das políticas destinadas a reagir e a modificar essa mesma sociedade⁶

Eles atuaram, de modo geral, no sentido que construir a hegemonia para estas classes detentoras do poder econômico (e doravante político), legitimando os Estados-Nação do século XIX. Estes Estados, constituídos em meio à gradual generalização das relações capitalistas e à dominação das classes proprietárias, requeria a adesão dos setores dominados e explorados da população ao programa e à idéia de Nação e de nacionalidade. Assim, fazia parte da nova agenda dos intelectuais latino-americanos de meados do oitocentos se debruçar sobre o passado colonial, reescrever a história, produzindo mitos de fundação e novas genealogias no sentido de legitimação dos Estados nacionais:

Todavia, a ubiqüidade desta persuasão historicista nos escritos dos românticos latino americanos não só respondia ao exemplo dos europeus que lhes serviam de modelo, somente que se dirigia a problemática essencialmente locais: sobretudo a urgente necessidade de encontrar alguma solução para o problema da legitimidade dos novos Estados surgidos do movimento pela independência e dos grupos dirigentes associados a eles. Efetivamente, os escritores da geração romântica foram os primeiros a estabelecer este problema como tal.⁷

Os escritores românticos mantiveram assim uma relação com o poder e com as classes dirigentes. Grande parte deles ascendeu na carreira estatal e teve posição privilegiada no campo político em diversos momentos de suas vidas, como o historiador argentino Bartolomeu Mitre e o escritor Sarmiento, autor de *Facundo*, que se tornaram presidentes, o poeta Salvador Sanfuentes no Chile seria governador de província e deputado federal, o historiador Benjamin Vicuña Mackenna ocupou vários cargos políticos e o Barão Haussman foi prefeito de Santiago do Chile. No Brasil o caso mais notório é José de Alencar, que foi deputado pelo Ceará, foi ministro da Justiça do governo conservador entre 1868-1870, se candidatou ao senado obtendo a maior votação e só não se tornou senador pelo veto de D. Pedro II.

A necessidade de se engajar na política, assim como a vocação para integrar cargos da burocracia estatal, inclusive da diplomacia, atraía os românticos brasileiros desde a primeira geração, como Gonçalves Magalhães e Araújo Porto Alegre. Esti-

veram também presentes na principal instituição de ensino do Império, o Colégio de Pedro II, e na primeira instituição de pesquisa histórica, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta inserção demonstra a articulação estabelecida entre segmento letrado e poder político e, sobretudo, a tentativa dos intelectuais de buscar legitimação do seu discurso, especialmente em ambientes ainda pouco receptivos a estas idéias. Para tal seria importante não apenas ocupar espaços institucionais e oficiais de enunciação do discurso romântico, mas criar uma rede de instituições culturais, que variou conforme o país da América Latina e que no Brasil foi em certo grau assimilada pelo Estado, assim que começava a se constituir na sociedade civil. O estabelecimento de espaços autônomos de sociabilidade onde os discursos pudessem ser gerados, era importante para a plena aceitação do romantismo e de seu projeto social, tendo em vista a pequena extensão do público leitor, o lento desenvolvimento da crítica e da opinião pública, e os frágeis cânones literários. Este era o grande desafio dos românticos: para que seu discurso fosse legítimo era preciso inventar um público leitor, e a saída foi a formação de uma sociabilidade literária que resolvesse o problema do isolamento. Na sociedade brasileira sofriam mais uma limitação: a persistência da escravidão. Ao mesmo tempo que, em meados do século XIX as técnicas agrícolas e manufatureiras no nível da produção ainda eram primitivas, com o uso da mão de obra escrava, em outras esferas a modernização e os sinais de civilidade ganhavam terreno. As estradas de ferro, as comunicações intensificadas com o telégrafo elétrico, a regularidade da partida de navios para a Europa aproximavam mais o Velho Mundo e o Novo, agora ligados sob novos termos. As cidades brasileiras sofriam expansão e o comércio prosperava; São Paulo assistia à expansão cafeeira e ao estabelecimento de uma Faculdade de Direito, enquanto a Corte passava por embelezamentos, as ruas ganhavam calçamento e iluminação a gás, mansões foram construídas em Botafogo, Catumbi e Santa Teresa.

A própria introdução do romantismo impulsionou uma mudança não apenas das idéias em voga, discutida em meios cultos, mas toda a mentalidade da época, a vida literária, o papel social das letras e do homem de letras, a relação entre os sexos, os locais de sociabilidade literária. O Rio de Janeiro afirmava-se como o grande centro de irradiação cultural e de difusão das idéias românticas, seguido por Recife, São Luís e Salvador. Disseminaram-se locais de sociabilidade: saraus, salões, teatros, repúblicas estudantis, confeitarias e cafés, jornais, livrarias, sociedades literárias etc. A literatura ganhava um novo status, enquanto a poesia era uma mania em todas as rodas.

Nesta época surge um público para a literatura, composto por estudantes e mulheres, especialmente as mais jovens e sonhadoras, aficionadas pela liberdade e pelo lazer que lhes conferia a leitura de romances. As mulheres nascidas após 1840 não eram mais analfabetas como as das gerações anteriores. Fre-

qüentavam colégios femininos na Corte que aprimoravam o gosto pela literatura. Consumiam romances de folhetins e poesias. Os estudantes eram ao mesmo tempo produtores e consumidores, e utilizavam a palavra escrita para criticar as gerações passadas através da publicação de suas próprias revistas.

O periódico ou o jornal tornou-se um veículo de expressão e de ligação do homem de letras com o mundo, o que desbanca a idéia comumente aceita do escritor romântico isolado do mundo e preso a suas próprias emoções e desejos. No Brasil, a partir sobretudo de 1840, os jornais e revistas estavam cada vez mais presentes e se tornaram indispensáveis na vida cotidiana das pessoas alfabetizadas, que aliás no Brasil não superavam 16% da população em 1872⁸. O jornal era considerado um veículo democrático e popular, segundo Machado de Assis. A imprensa aumentava o espaço reservado à literatura. Os folhetins, publicados semanalmente nos jornais, eram responsáveis por um aumento considerável nas tiragens de 5 mil em 1840 para 30 mil em 1870.⁹ O romance tornou-se o veículo mais popular para a literatura e, por isto mesmo, seu conteúdo se vulgarizou para atender a um público menos exigente.

Em decorrência da falta da produção nacional, os folhetins eram traduzidos do estrangeiro, sobretudo do francês. Surgem os primeiros tradutores profissionais, que por sinal eram também jornalistas e escritores. Como os folhetins saíam em capítulos quase ao mesmo tempo em que eram publicados na Europa, quando havia interrupção do envio dos capítulos, os tradutores inventavam as continuações, o que estimulou os redatores na década de 1840 a encomendar ficção dos autores nacionais. O folhetim tornou-se, assim, um veículo de expressão dos gostos, valores e do imaginário nativos:

Esses exemplos de sucesso acabaram estimulando o autor nacional a publicar obras de ficção, a princípio contos e novelas. A partir de meados da década de 1840 diversas publicações – digamos, alternativas - concederam espaço crescente ao ficcionista da terra, cuja receptividade aumentou à medida que o público passou a se interessar mais pelas coisas do país e a identificar-se com elas.¹⁰

O número de livrarias também se multiplicou em todas as principais capitais nas décadas após a independência. Havia livreiros que também eram redatores de jornais, como Evaristo da Veiga (*Aurora Fluminense*) e Paulo Brito (*Marmota Fluminense*) de forma que adquiriam prestígio junto aos escritores, jornalistas e poetas. Alguns destes estabelecimentos aglutinavam a clientela de intelectuais para reuniões literárias e debates, como a Livraria Mongie (1832-1853), a Livraria de Paula Brito (1849-1861) e a Garnier nos anos de 1860.

Alguns dos freqüentadores mais assíduos destas reuniões eram Sales Torres Homem, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Teixeira e Souza, José de Alencar, Santiago Nunes Ribeiro, o cônego Fernandes Pinheiro, Joaquim Norberto e Joaquim Manuel de Macedo, que registrou estas tardes agradáveis em seu livro *Memórias da Rua do Ouvidor*. Além dos escritores consagrados, papas do romantismo, havia também a presença de debutantes como Machado de Assis, Manuel Antonio de Almeida, Salvador de Mendonça e Casimiro de Abreu. Políticos como José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco), Eusébio de Queirós, Quintino Bocaiúva, Firmino Rodrigues Silva, entre outros, e artistas como João Caetano e Furtado Coelho, costumavam confraternizar com os escritores, sentavam-se nos bancos do lado de fora das livrarias e conversavam sobre política, novidades literárias, a moda francesa, etc.

Toda esta dinâmica vida social, de convívio entre os escritores, políticos, jornalista, poetas, livreiros, permite-nos imaginar como as idéias circulariam nestes espaços, institucionais ou privados. Muitos homens de letras de meados do século XIX, atuantes na imprensa literária, freqüentadores dos grandes salões literários e participantes da vida política e cultural, passaram a se denominar “românticos” fazendo referência a uma verdadeira “comunidade de letrados”.

Este conjunto de transformações sociais e no ambiente letrado e a introdução das idéias e valores românticos alcançaram a sociedade brasileira, alterando desta forma a mentalidade das pessoas simples ou letradas, provocando a preocupação com o avanço artístico, cultural nacional. A introdução do Romantismo no Brasil apareceu como uma tarefa e um desafio para jovens escritores exilados em Paris, conhecidos na historiografia como “O Grupo de Paris”, que primeiro entraram em contato com a nova “moda literária” européia. Domingos José Gonçalves Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Francisco Sales Torres Homem, Pereira da Silva, eram alguns dos treze freqüentadores do *Institut Historique de Paris*, fundado em 1834, trazidos por intermédio de seu secretário perpétuo Eugène de Monglave. A participação desses intelectuais não foi apenas como ouvintes nas reuniões do Instituto; tiveram artigos publicados na revista do IHP e foram razoavelmente prestigiados.¹¹ M. A Porto Alegre estudava pintura em Paris à época, e levou seus amigos Domingos Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres Homem ao *Institut Historique*, introduzindo-os também ao escritor do Romantismo português Almeida Garret, que também era historiador, e ao seu mestre J. B. Debret, que viera ao Brasil com a Missão Francesa de 1816 a 1831 e criara a Academia de Belas Artes, tornando-se um grande divulgador do país na capital francesa.

A convivência nas diversas reuniões do *Institut Historique* de escritores, estudiosos e cientistas mobilizados por questões étnicas, nacionais, estéticas e

culturais, muitos dos quais provinham de correntes de pensamento e de orientações diversas, consistiu em estímulo a iniciativa pioneira do grupo. Participavam do Instituto o escritor romântico J. Michelet e poetas e também escritores combativos do classicismo liberal como De Jouy. Sobretudo, a idéia de afirmar a nacionalidade através da literatura nasceu do conhecimento de Ferdinand Denis, que em 1826 escreveu *Resumo da história literária de Portugal e do Brasil*.

Havia arqueólogos, matemáticos, naturalistas, geógrafos, médicos e estudiosos da arte e da literatura, e foi neste ambiente de ecletismo, liberalidade e interesse pelo conhecimento que nasceu a idéia da criação da Revista *Niterói*, a qual ao ser finalizada, foi noticiada na Revista do Instituto, à época chamada de *Journal de l'Institut Historique*. Os Artigos publicados posteriormente na *Niterói*, mostravam posicionamento semelhante perante a (re) fundação da História e da Literatura brasileiras, aos trabalhos já apresentados nas seções do Instituto Histórico de Paris. Idealizadores da Revista *Niterói*, publicada em 1836, Araújo Porto Alegre e Domingos Gonçalves de Magalhães possuíam muitas afinidades e nutriam uma amizade profunda. Suas trajetórias coincidiriam em vários aspectos, coadunando para um projeto comum que seria colocado em prática no alvorecer do Segundo Reinado.

José Domingos Gonçalves de Magalhães nasceu no Rio de Janeiro em 1811, graduou-se em Medicina entre 1828-1832 no Colégio Médico-Cirúrgico da Santa Casa de Misericórdia, embora nunca tenha exercido de fato a profissão. Sua formação rigidamente cristã leva-o a estudar filosofia e a acompanhar frei Francisco de Monte Alverne, que seria sócio também do *Institut Historique* de Paris e devido a esta convivência, Gonçalves de Magalhães quase se volta para o sacerdócio. Iniciou-se na poesia e continuou seus estudos de filosofia eclética em Paris, tendo sobrevivido ministrando aulas aos filhos de aristocratas residentes no estrangeiro e também como adido cultural da Legação brasileira na França¹². Sales Torres Homem, outro integrante do “Grupo de Paris”, amigo de Magalhães desde a infância, também exercia a função de adido cultural enquanto estudava Direito e se dedicava ao estudo da economia Política, mas pediu exoneração quando o chefe da Legação, Luís Moutinho afastou Magalhães, alegando indisciplina frente à hierarquia¹³.

Manuel José de Araújo (Porto Alegre) nasceu em 1806, em São José do Rio Pardo no Rio Grande do Sul, sendo herdeiro de uma família de negociantes locais. Mudou-se para Porto Alegre para completar sua formação e trabalhava para um ourives, M. Gondret, em troca de sua sobrevivência. Com ele aprendeu francês e entrou em contato com a arte, especialmente com a pintura de Jean Baptiste Debret. A partir de então, empreendeu uma carreira como pintor, em razão da qual veio ao Rio de Janeiro em 1826 para estudar com J. B. De-

bret na Academia de Belas Artes. Também freqüentou a Sociedade Beneficência Musical, onde conheceu o Padre José Maurício Nunes Garcia. Fez a Escola Militar, fundada em 1810, para adquirir conhecimentos de Engenharia e Arquitetura, e seguiu o curso Médico, especialmente as aulas de anatomia, e também filosofia. As aulas de anatomia auxiliaram-no na pintura, paixão que o levou à Europa em 1831 acompanhando Debret, que o considerava seu discípulo, e lá trabalhou como arquiteto. Ligado a Almeida Garret, foi quem orientou seus conterrâneos chegados à Paris e interessados pelo Romantismo. Estudou em 1832 a *École des Beaux-Arts*, ganhando alguns prêmios de pintura. Estudou algum tempo com o reconhecido pintor Gros, discípulo de Jean Louis David, e viajou à Itália, acompanhado de Gonçalves Magalhães.¹⁴

Podemos perceber nestes dois intelectuais a semelhança na origem de classe, que explica em parte suas opções sucedâneas, pois não provinham de famílias abastadas, tradicionais, oriundas da aristocracia agrária. Maria Orlanda Pinassi assim argumenta:

Nem Magalhães, nem Porto Alegre, nem Torres Homem tiveram origem social em famílias abastadas, tradicionais, oriundas da aristocracia agrária, da qual foram, ao menos durante a juventude, opositores eloqüentes. Frutos de uma urbanidade que, pouco a pouco, deixava de ser incipiente, cenário de incontáveis agitos políticos e culturais, muito provavelmente herdaram lastros da crescente burocracia do Estado e beneficiaram-se de uma relativa abertura dos instrumentos de educação escolar que teve início ainda no período joanino...¹⁵

Ambos experimentaram grandes dificuldades financeiras na Corte e no estrangeiro. Dependiam do mecenato proporcionado pela burocracia estatal¹⁶ e dos cargos nos aparelhos culturais e educacionais que foram ampliados mais rapidamente a partir do período regencial. Em um texto dedicado a demonstrar a relação entre o Romantismo e o mecenato proporcionado pelo Estado Imperial, Lilian Moritz Schwarcz lembra que, principalmente após 1850, há o investimento em uma política cultural mais evidente, em relação às instituições e também individualmente aos artistas, escritores e cientistas¹⁷.

Magalhães e Porto Alegre eram entusiastas da pintura, da literatura, da música e da história, partilhando de gostos ecléticos. Formados em Medicina na Corte, optaram em prosseguir seus estudos na capital parisiense, principal centro de cultura, costumes e idéias no final dos anos de 1830, quando Luís Filipe, chamado de “rei-cidadão” governava, alijando parte da aristocracia e, sobretudo, o proletariado da participação política. É nesta época que o Roman-

tismo chegava ao seu apogeu na França e vários escritores começavam a se auto proclamar “românticos” e a se filiar a este movimento intelectual.

Muito mais do que uma moda ou uma escola literária, o romantismo é uma visão de mundo, ou seja, uma estrutura mental coletiva específica de certos grupos sociais, como define Michael Löwy. Um dos aspectos mais precoces da visão de mundo romântica era o patriotismo. Ele está relacionado à visão de mundo romântica no que tange à experiência da perda de valores humanos essenciais que foram alienados, e está presente no exílio da pátria, isolamento do mundo e das pessoas, perda da comunidade, sendo a nostalgia o sentimento que perpassa todas essas imagens. Como afirma M. Löwy: “A nostalgia incide sobre um passado pré-capitalista ou sobre um passado no qual o sistema sócio-econômico moderno ainda não chegou a seu pleno desenvolvimento”¹⁸. Este lugar remoto que serve de referencial contra o presente pode ser inteiramente mitológico, legendário, ou constitui um passado real que foi idealizado:

A visão de mundo romântica apodera-se de um momento do passado real - no qual as características nefastas da modernidade ainda não existiam e os valores humanos, sufocados por esta, continuavam a prevalecer -transforma-o em utopia e vai modelá-lo como encarnação das aspirações românticas.¹⁹

Aprofundando ainda mais o conceito, o autor esclarece que se apresenta aí um paradoxo aparente, o passadismo romântico, além de evocar um passado pré-capitalista, também pode ter o olhar voltado para o futuro, para um futuro sonhado, profetizado. Assim, tendo como modelo às sociedades primitivas, o povo hebreu dos tempos bíblicos, a Antiguidade grega e romana, a Renascença, o Antigo Regime, buscando o exotismo, o primitivo, o rural, o fantástico, o sobrenatural, o sublime ou o sagrado, os românticos tentam criar através de fórmulas estéticas, a expressão de sua crítica, um mundo adequado para si no presente. Mesmo permanecendo no interior da sociedade burguesa ou da sociedade patriarcal escravista, se engajam em uma “luta espiritual” na qual pretendem “romantizar” o mundo criando laços comunitários e afetivos que parecem estar em dissolução.

Assim, a elaboração de histórias nacionais tem como anseio central, conforme salienta Alice Chandler, fazer o intelectual “sentir-se em casa em um universo ordenado e orgânico.”²⁰ Suas dimensões social, artística, essencialmente cristã, estão condicionadas a um exercício imaginativo sem precedência. Na Escócia, França, Inglaterra, nos países nórdicos e na Alemanha, o Romantismo foi acompanhado por um interesse renovado pelos Antiquários, pela coleta de costumes populares, dialetos locais, canções e literatura, a cultura popular. Renato Ortiz afirma:

A reflexão sobre a unidade nacional adquire portanto, um papel estratégico. Pretendemos construir uma civilização-organismo alemão, única forma de um povo escapar da dominação estrangeira (particularmente francesa) e da segmentação política. No plano interno, a totalidade-nação resolveria a contradição entre elite e o povo, no plano externo, os alemães conseguiriam uma identidade para se contrapor aos países centrais. É dentro deste contexto que surge o debate sobre a cultura popular; parte da *intelligentzia* alemã volta sua atenção para as tradições para nelas encontrar o substrato de uma autêntica cultura nacional.²¹

É nesse contexto de superação do jugo colonial que ocorreria no Novo Mundo a aceitação das idéias nacionalistas. Mas não ocorreu sem que esta visão de mundo tivesse sido minimamente adaptada às necessidades locais e sem que algum tipo de seleção se processasse. Assim não se tratava de transposição simples de modelos artísticos estrangeiros, significava embasar teoricamente um programa social, chamar a atenção para a importância da historicidade para compreensão do presente. É assim que a *Niterói* se apresenta como um manifesto de lançamento deste programa e partiu, evidentemente, da seleção de elementos estéticos e ideológicos que fez o Romantismo local ter perfil diferente do europeu, ao mesmo tempo que mantinha algumas características essenciais. Como nos explica Jorge Myers:

Ao longo de toda época de hegemonia do Romantismo europeu teve de conviver com correntes que lhe eram adversas ou simplesmente indiferentes devido à complexidade do sistema literário do Velho Mundo e à densidade de duas tradições culturais. Mas na reelaboração da doutrina romântica feita por escritores da América Latina, o papel da nova consciência histórica seria sobredimensionado até converter-se em centro da literatura da nova geração²².

Podemos verificar esta reelaboração nas páginas dos dois tomos da Revista *Niterói*, a primeira Revista romântica do Brasil. O fato de ter sido elaborada em Paris, produto de um estudo intensivo de jovens patriotas e idealistas, como afirmava Porto Alegre, exemplifica melhor a questão das afinidades românticas.

Joaquim Norberto de Sousa Silva, historiador, poeta e crítico, discípulo fervoroso de D. J. Gonçalves de Magalhães e colaborador nas Revistas do romantismo²³, registrou a literatura romântica em seu apogeu como a mais moderna. Em sua *História da Literatura Brasileira*, primeira obra de história da literatura, publicada em capítulos na *Revista Popular* entre 1859 e

1862, chama a esta de a “época de reforma da poesia brasileira”, liderada por Gonçalves de Magalhães e profetizada por Ferdinand Denis. Também a denomina de “a nova escola do cristianismo” de Mme de Stäel e Chateaubriand. Cita os “melancólicos e místicos cânticos” de Lamartine, Novalis e os Schlegel na Alemanha, Byron na Inglaterra, Martínez de la Rosa na Espanha e Almeida Garret em Portugal como tendo “dado o sinal para a reforma e proclamado a liberdade do gênio”²⁴.

Mas, para entendermos com precisão a tarefa que eles assumiam ao publicar a Revista *Niterói* perante a comunidade de brasileiros residentes em Paris, devemos ter em mente que o seu objetivo era mais amplo do que converter o restrito público que de fato adquiriu e leu a revista. Tampouco nos parece tratar-se de um documento que desempenhava uma função diplomática junto aos intelectuais estrangeiros, de projetar o Brasil no cenário internacional²⁵. Podemos perceber que estes homens assumiram para si um papel organizativo e educativo, inovador dentro dos parâmetros da época para a formação de uma cultura e literatura homogênea e nacional. Apesar de se basearem em um modelo literário francês, entusiasmados com as novidades literárias, pretendiam romper com qualquer idéia equivocada de caráter imitativo, de transposição das idéias européias para o novo mundo²⁶.

Durante séculos de colonização os europeus foram os agentes das interpretações a respeito do Novo Mundo, classificando fauna e flora, mapeando o território através de expedições. Não era de se estranhar que até os anos de 1820 os livros sobre o Brasil que constavam nas principais bibliotecas do país eram escritos por estrangeiros, e a maioria absoluta não tratava de temas nacionais. Southey escreveu a primeira história do Brasil, Debret publicou em 1834 sua obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* e Ferdinand Denis foi o primeiro a escrever sobre a literatura brasileira como autônoma. A partir da independência política, fazia-se necessário criar formas e códigos próprios de interpretação e produzir uma literatura e arte originais.

A *Revista Niterói* trazia na sua página de apresentação o mote “Nitheroy, Revista Brasiliense: tudo pelo Brasil e para o Brasil”. Foi noticiada nas páginas da Revista do Instituto Histórico de Paris e sua edição foi paga com os rendimentos dos editores e com a contribuição financeira do negociante brasileiro Manoel Moreira das Neves. Contou apenas com dois números, embora a proposta fosse tornar-se uma revista mensal.

Os dois números tiveram na sua estrutura coerência em relação aos objetivos primordiais do projeto romântico, que desenvolveram durante a estada parisiense e nas reuniões e contatos no Instituto Histórico de Paris. O primeiro tomo da Revista “Nitheroy” continha: o prefácio ao leitor; um artigo de astro-

nomia sobre os “Cometas” de Azeredo Coutinho; em seguida o artigo “Considerações econômicas sobre a escravatura” e “Reflexões sobre o crédito público e sobre o relatório do Ministro da Fazenda”, ambos escritos por F. Sales Torres Homem; depois “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” de Gonçalves de Magalhães; “Idéias sobre a música” de Manuel de Araújo Porto Alegre e por último, uma seção intitulada “Bibliographia”, sobre livros recém lançados de interesse para leitores brasileiros porque tinham como temática a pintura, a geografia e os estudos sobre o Brasil.

A revista não apenas trazia aos leitores curiosidades, informações especializadas, com opiniões citadas de cientistas e demonstração do argumento central do autor, mas debatia tópicos de relevância para compreensão da economia, da literatura, música. Sua proposição era “desviar-se das habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, que os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum, e de gloria da pátria”²⁷.

Os redatores da *Niterói* não se eximiam de compartilhar com o público sua opinião, ao contrário, sua missão era ilustrar e despertar a atenção para assuntos polêmicos que pudessem ter um uso prático para seu povo. Ao mesmo tempo afirmavam se distanciar da tendência de grande parte dos periódicos brasileiros destinados a representar tendências políticas, por vezes sediciosas, difamatórias ou de assuntos domésticos de interesse feminino ou privado, tinham o intuito de debater e tratar de temas nacionais, como diz o Prefácio do primeiro número:

As obras volumosas e especiais só atraem a atenção de alguns homens exclusivos, que de todo se dedicam às ciências, aqueles, porém que por sua posição não podem sacrificar o tempo à longa meditação, folgam quando em um pequeno livro, contendo noções variadas e precisas, encontram um manancial, que lhes economiza o trabalho de indagações, e o enojo de um longo estudo, colhendo n’uma hora o resultado de um ano de fadigas²⁸.

A idéia central dos ensaios sobre literatura de Pereira da Silva e Gonçalves de Magalhães nos dois números da revista da *Niterói* baseia-se na filosofia historicista alemã, em que Schlegel²⁹ justapõe a literatura de cada povo, a literatura indígena- adequada às crenças, costumes e valores da sua época - e a literatura estrangeira, “enxertada”, que não é mais do que uma lembrança da mitologia antiga.³⁰ Ecoando esta idéia de Schlegel, do qual foi a principal tradutora na França, Mme de Stäel, Pereira da Silva considera a literatura romântica a mais legíti-

ma porque “...é a única que é suscetível ainda de ser aperfeiçoada, porque tem raízes no nosso próprio solo, é a única na qual se pode crer e que pode ser vivenciada de novo; ela exprime nossa religião, ela remete à nossa história..”³¹

A condição colonial, segundo Magalhães, impediu durante três séculos o desenvolvimento do gênio, em meio à liberdade tolhida, a cenas de miséria, à falta de consciência de sua livre existência, sufocando o avanço das ciências e as artes:

Através das espessas trevas em que se achavam envolvidos os homens neste continente americano, viram-se alguns espíritos superiores brilhar de passagem, bem semelhantes e essas luzes errantes que o peregrino admira em solitária noite nos desertos do Brasil; sim, eles eram como pirlampos que no meio das trevas fosforeiam. E poder-se-a com razão acusar o Brasil de não ter produzido inteligências de mais sobido quilate? Mas que povo escravizado pôde cantar com harmonia, quando o retinido das cadeias e ardor das feridas sua existência torturam? Que colono tão feliz, ainda com o peso sobre os ombros, e curvado sobre a terra, a voz ergueu no meio do universo, e gravou seu nome nas páginas da memória? Quem não tendo consciência da sua livre existência, só rodeado de cenas de miséria, pode soltar um riso de alegria, e exalar o pensamento de sua individualidade? Não; as ciências, a poesia e as belas artes, filhas da liberdade, não são partilhas do escravo; irmãs da glória, fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja, e só com a liberdade habitar podem³².

Foi a Revolução Francesa que transformou esta condição colonial, motivando a vinda da Corte joanina para o Brasil “que não podia então viver debaixo da tutela de uma metrópole, que de suas riquezas se nutria, e pretendia reduzi-la ao antigo estado colonial”.

Magalhães também narra estes acontecimentos a partir da idéia determinista de que “a independência tornou-se necessária”, enquanto a etapa de “uma marcha de um povo que reconhece sua força e firma sua vontade”, conduzida pela Providência, que também revelou a abdicação de Pedro I em favor do jovem Imperador Pedro II.³³:

Devido é isso a causas que ninguém ignora. Com a expiração do domínio português muito se desenvolveram as idéias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa, e como Nação é filho dessa revolução famosa que abalou todos os tronos da Europa, repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos reis³⁴.

A frase estabelece uma filiação política e cultural com a França. Contudo demarcam os limites e o caráter inacabado da revolução política, proclamando a urgência da “revolução poética”. A ruptura promovida entre a cultura colonial e a cultura nacional ainda estaria por acontecer:

Assim pois hoje o horizonte da poesia moderna aparece claro e belo, as faixas e vestes estranhas, que sobre nós pesavam, caíram e já nos adornamos com o que é nosso, e com o que nos pertence. No Brasil porém infelizmente ainda esta revolução poética se não fez completamente sentir, nossos vates renegam sua pátria, deixam de cantar as belezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amazonas e do Prata, as virgens florestas, as superstições e pensamentos de nossos patrícios, seus usos, costumes, e religião, para saudarem os Deuses do Politeísmo grego, inspirarem-se de estranhas crenças, em que não acreditamos, e com que nos não importamos e d'est'arte não passam de meros imitadores, e repetidores de idéias e pensamentos alheios.³⁵

A superação da mera imitação de idéias estrangeiras ocorreria justamente na iniciativa de defender e demonstrar a ligação entre “povo” e nação. Os intelectuais, tão desprezados na sociedade colonial, precisavam reconhecer sua “missão” como promotores da organização da cultura.

É mister também que o Brasil se dispa dos preconceitos, que Portugal legou-lhe no seu descobrimento sobre os Poetas, acreditando-os homens inúteis na sociedade, e ignorando sua missão e influência.

Ao Brasil pois, cabe também o começar a apreciar os seus homens, lembrando-se que o poeta, para ser digno d'este nome, deve ser historiador, filósofo, político e artista, e que todos têm de vencer para ganhar um nome, merecem todo o nosso respeito, e atenção.³⁶

Este projeto de valorização do intelectual não era integralmente elitista, incluía não só os grupos privilegiados da classe dominante, mas também o chamado “povo”³⁷, enquanto o intelectual romântico atuaria como o mediador desta difícil relação. Algumas passagens da Revista *Niterói* exemplificam esta idéia:

O Brasil conta hoje com (bastantes) literatos profundos, eles têm-se tão somente contentado, (com algumas exceções) em estudar e saber, e não se tem querido dogmas escrever, e d'est'arte esforçar-se em elevar a sua verdadeira essência esta

ciência, aliás tão útil e proveitosa a todas as classes da sociedade, e que de algum modo está desprezada na nossa Pátria, não percebendo nossos compatriotas a influência que ele tem sobre a política, ciência do dia, a que hoje no Brasil todo o mundo se dá, sem se importar se o país por isso sofre.³⁸

Os intelectuais seriam aqueles capazes de fundar as letras, as artes, a ciência e a filosofia. Este papel de mediação e de vanguarda ideológica aparece ainda em um trecho do artigo de Sales Torres Homem e revela a importância dada por eles à filosofia, tão desprezada na pátria, sobretudo como herdeiros de Portugal:

A filosofia de uma época é a representante a mais completa dessa mesma época; somente ela resume, e formula cientificamente as crenças das massas, ou por que assim o digamos, distila em gotas límpidas a substância grosseria do pensamento popular.³⁹

Contudo, tal proposta não compreendia apenas os estudos humanísticos, havia uma utilidade prática, imediata na divulgação da cultura erudita e no “distilamento” do pensamento popular: “Cada Nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma Nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos da civilização”⁴⁰. Desenvolver todos os elementos da civilização significaria animar as “ciências, a literatura nacional e as artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos, que as cultivam ... E dest’arte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo que é justo, santo, belo, e útil, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização, e tocar ao ponto de grandeza, que a Providencia lhe destina”.⁴¹

Se a economia política e as ciências naturais ocupavam lugar importante no discurso e na proposta da revista, isto se deve à combinação entre Romantismo e ilustração, com as idéias de civilização e progresso, típica também do romantismo francês. A função legitimadora deste discurso ganharia maior projeção para poder se associar ao nacionalismo oficial e à criação do consenso em torno do novo modelo de Estado-Nação a partir da concepção historicista.

Há mister reunir todos os títulos de sua existência, como o nobre que recolhe os pergaminhos de sua genealogia, para em face do rei fazer-se credor de uma nova graça. Se o futuro só pode sair do presente, a grandeza d’aquela se medirá pelo deste. O Povo que se olvido a si mesmo, que ignora o seu passado, como o seu presente, como tudo o que em si se

passa, esse povo ficara sempre na imobilidade como Império Indo-Chinês. Jamais uma Nação poderá prever o seu futuro, quando ela não conhece o que ela é, comparativamente com o que foi. Estudar o Passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar”⁴².

Esta preocupação com a historicidade dos fenômenos, aspectos ou atividades descritas encontram-se tanto nos artigos científicos sobre “Astronomia”, no artigo de F. Sales Torres Homem “Considerações sobre a escravatura”, quanto nos artigos “Idéias sobre a Música” e “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”. Os autores, em particular Araújo Porto Alegre e Gonçalves Magalhães, utilizavam a cultura para “fundar” a unidade, demonstrar laços comuns, históricos, culturais, raciais, sentimentais e assim divulgar as idéias de caráter universais que produziram o consenso em torno da constituição da “comunidade imaginada”.

Os estudiosos da história passam a ser assim indivíduos que desempenham uma missão especial. Na realidade, a delimitação entre a atividade de escritor e de historiador nas três primeiras décadas do século XIX tornou-se muito tênue: “...os historiadores se dedicavam a sua ciência por entusiasmo literário e ao mesmo tempo os escritores se lançam à História para satisfazer com ela a imaginação e encontrar ali novos temas.”⁴³ Na passagem extraída do artigo de Pereira da Silva da *Revista Niterói*, anteriormente citada acima, destaca-se a importância do ecletismo através de uma concepção humanista do intelectual; o homem de letras deve ser ao mesmo tempo poeta, historiador, filósofo, político e artista.

Além de mostrar a cultura de um povo, o objetivo do escritor através do romance seria, tanto quanto o do historiador, seria retratar e enunciar uma determinada verdade sobre uma determinada sociedade e uma época. Como expõe Pereira da Silva:

Depois de ter recebido milhões de modificações pelos escritores, que disputavam sobre sua significação; a literatura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem, abraçando todo o Império, em que exerce a inteligência humana seu poderio, é o resumo dos hábitos e grandeza dos povos, e a história progressiva e circunstanciada do espírito humana com as suas superstições, crenças, e caráter próprio; é a apreciação da influência dos elementos uns sobre os outros no espírito das diferentes épocas, é a filosofia, a História, a eloquência e a Poesia.⁴⁴

Segundo esta visão, ao mesmo tempo que a literatura mediria o desenvolvimento de um povo, sendo a expressão deste desenvolvimento, ela garantiria o

progresso espiritual e material, aperfeiçoaria suas virtudes morais, por isto ela tinha que ditar as regras, criar gostos, padrões, expressar valores, valores que, como sabemos. A maneira de interpretar a cultura popular parecia mediada pela idealização e pelos padrões estéticos e poéticos. Esta forma disciplinada de ler esta cultura objetivava criar tipos idealizados que encarnassem a “alma” da Nação, o “caráter” de um povo.

Magalhães no artigo “Discurso sobre a história da literatura no Brasil” argumenta que a literatura é testemunha histórica para a posteridade da forma de pensar de um povo, é o fragmento da cultura, de uma determinada civilização. Pereira da Silva reitera esta constatação historicista:

A literatura é sempre a expressão da civilização; ambas caminham em paralelo: a civilização consistindo no desenvolvimento da sociedade, e do indivíduo, fatos necessariamente unidos e reproduzindo-se ao mesmo tempo, não pode deixar de ser guiada pelos esforços das letras; uma não se pode desenvolver sem a outra, ambas se erguem e caírem ao mesmo tempo. Quanto mais se espalha o gosto e a independência da literatura em uma nação, tanto mais ela floresce e medra. Verdade da experiência é que a cultura do espírito influi muito sobre nossas qualidades, e que a prática das virtudes morais necessárias às sociedades mais ou menos resistência encontra em um povo, segundo o grau de sua ilustração.”⁴⁵

A passagem que expomos acima, do artigo “Estudos sobre a literatura”, confirma a idéia da nacionalidade como uma construção intelectual, inovadora, original e profícua, da qual depende o estudo, o interesse e a inteira descoberta dos aspectos orgânicos da nação. Em contraposição ao modelo árcade e à estética neoclássica importados “que sem se submeterem às regras incoerentes que bebemos com o cativo de nossa Pátria” e não refletia a realidade nativa, a nova estética nativista libertaria o gênio dos intelectuais brasileiros e inspiraria a produção de “novas obras tão superiores às possuimos”.⁴⁶

A *Revista Niterói* encerrou sua publicação no mesmo ano de 1836. Na “Observação Final” do segundo e último número, os redatores anunciavam a interrupção da revista. Seu término foi anunciado com o desejo de que o projeto da *Niterói* fosse concretizado:

...Esperamos contudo que, no seio do nosso país, reunidos si nada houver que se oponha ao nosso ardente desejo devermos o nosso país marchar a estrada da civilização e do progresso, que parece hoje obstruída, continuaremos a sacrificar

os nossos estudos em proveito do país, sem esperança de outra recompensa que a satisfação de haver mos lançado uma pedra para o edifício da nossa ilustração.⁴⁵

Para a primeira geração de românticos estaria “na ordem do dia” ajudar a fundar uma nova literatura, que não se baseasse na imitação dos antigos nem dos europeus, mas transcenderia os limites do campo estritamente literário e alcançaria as artes, as idéias, a ciência, os valores e os costumes de um povo, traduzidos na filosofia, erudita e popular. Esta fundação significava a continuidade de uma revolução, que seguindo os lastros da Revolução Francesa e das Revoluções liberais francesas em 1830, deveria ser completada. Esta é a fase que seguiria à Independência política do Brasil, e que marcaria a ruptura com a cultura portuguesa predominante no período colonial.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ COSTA, Emília Viotti. “As várias faces da Revolução” in *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1987.

² RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

³ BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. O autor define esta subordinação através de uma passagem em *As Regras da Arte*: “Doravante [a partir do século XIX] trata-se de uma verdadeira subordinação estrutural, que se impõe de maneira muito desigual aos diferentes autores segundo sua posição no campo, e que se institui através de duas mediações principais: de um lado no mercado, cujas sanções ou sujeições se exercem sobre as empresas literárias, seja diretamente, através das cifras de venda, do número de recebimento etc., seja indiretamente, através de novos postos oferecidos pelo jornalismo, a edição, a ilustração e por todas as formas de literatura industrial; do outro lado as ligações duradouras, baseadas em afinidades de estilo de vida e de sistema de valores que, especialmente por intermédio dos salões, unem pelo menos uma parte dos escritos a certas frações da alta sociedade, e contribuem para orientar as generosidades do mecenato de Estado”p. 66.

⁴ BUTLER, Marilyn, *Romantics, Rebels and Reactionaries*. New York: Oxford University Press, 1982. p71.

⁵ ROCHA, João César de Castro. *Literatura e Cordialidade, O público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. Capítulo 2.

⁶ MYERS, Jorge. “Literatura romântica e projeto social” in *América Latina, Palavra, literatura, cultura*. Vol 2. Emancipação do Discurso. Campinas: EdUnicamp, 1994. p.227

⁷ idem, p.225

⁸ Segundo dados do IBGE conforme BESSONE, Tânia “As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor” in *O Estado como Vocação*. RJ, Access, 1999. p.60. Dados semelhantes, de 15,75 % de alfabetização dentre a população livre são apresentados por José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem: elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.65.

⁹ MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p.41.

¹⁰ idem, p.44.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História” in *Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.4, n.1.jan.jun.1989. p.135-143

¹² De volta ao Brasil Magalhães foi sócio do IHGB, professor de filosofia do colégio Pedro II durante um ano (em 1842), adido cultural, conselheiro do imperador e cavalheiro da Ordem do Cruzeiro.

Colaboraria ainda com as revistas *Jornal dos Debates políticos e literários* e com a *Revista do IHGB*. Foi secretário do governo do Maranhão e do Rio Grande do Sul após a Farroupilha e deputado eleito por este Estado de 1845-48. Desde 1847 foi diplomata em Turim, Nápoles, Viena, Estados Unidos, Argentina, Paraguai e Vaticano. Protegido do imperador, que foi em sua defesa na polêmica com José de Alencar, recebeu o título de Visconde de Araguaya, vindo a falecer em 1882.

¹³ Na realidade, nas *Cartas a Monte Alverne* e nas cartas que constam do Arquivo do Itamaraty pode-se observar que a motivação para a demissão de Magalhães foi ideológica, pois Moutinho participava da mesma “classe” de Magalhães História das línguas e literatura no IHP e possuíam sérias divergências em torno do romantismo do jovem autor da *Niterói*.

¹⁴ De volta da Europa foi nomeado em 1837, professor de pintura histórica na Academia Imperial de Belas Artes no lugar de Debret, e em 1854 tornou-se diretor desta instituição, sendo demissionário em 1857 pela oposição suscitada pelas reformas que lá tentou empreender. Em 1838 tornou-se professor de desenho no Colégio Pedro II e em 1848 trabalhou na Escola Militar até a redução de seu salário, quando começou a se dedicar à política. Colaborou com as *Revistas Niterói, Guanabara, Lanterna Mágica, Minerva Brasiliense, Revista Brasiliense, Aurora Fluminense* e *Revista do IHGB*. Em 1858, nomeado cônsul por D. Pedro II, residiu na Prússia, em Berlim, na Saxônia e em Lisboa, onde morreu em 1879.

¹⁵ PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Unesp, 1998.p.40.

¹⁶ idem.

¹⁷ SCHWARCZ, Lillian Moritz. “Romantismo tropical: Enfim um belo casamento entre as artes e o mecenato do Estado” in *Cadernos Ceru*. p.13. São Paulo: Série 2, nº9, 1998. Pedro II distribuía prêmios aos melhores trabalhos e destinava o equivalente a 75% da verba do *Instituto História e Geográfico Brasileiro*, fundado aos moldes do *Institut Historique de Paris*, em 1838. Também passa a fornecer bolsas de estudos na Europa a estudantes da Academia Imperial de Belas Artes. Financiava pesquisadores de etnografia, lingüística, história natural, geologia, botânica, cartografia e também advogados, agrônomos, arquitetos, professores, médicos, engenheiros, farmacêuticos, militares, padres. A autora afirma: Era assim que o monarca lançava as bases para uma atuação que lhe daria a fama e a imagem do mecenas, do sábio imperador dos trópicos. Segundo o exemplo passado de Luiz XIV, D. Pedro formava não apenas a sua corte, como elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir um tipo nacional, símbolo da nossa nacionalidade”.

¹⁸ LÖWY, Michael, SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia*. Petrópolis: Vozes, 1999.p.34.

¹⁹ idem, p.41.

²⁰ CHANDLER, Alice. *A Dream of order, the medieval ideal in 19 th century english literature*. Nebraska: Nebraske University Press, 1970. p.1

²¹ ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Olho d’água, s/d. p.22.

²² MYERS, Jorge. ob. cit. p.224.

²³ A *Revista Minerva Brasiliense, A Revista Popular, e A Guanabara*.

²⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, s/d.

²⁵ Esta é uma tese do livro de Ana Beatriz Demarchi Barel. *Um romantismo a oeste, modelo francês, identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2002.p. 62.

²⁶ MOISÉIS, Massaud. “Paris, berço do Romantismo brasileiro” in *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005. Abril-Maio-Junho. Ano XI nº43 p.7. Massaud observa “Não obstante, era movido por sentimentos plausíveis no momento em que o nosso horizonte se abria para o novo modelo literário, que ele e os outros viram de perto em Paris. O volume de Gonçalves de Magalhães revela uma dualidade que pode mesmo parecer fruto do gosto do paradoxo que fazia as delícias dos românticos. Mas não é: o poeta aderiu ao Romantismo por influência francesa e introduziu-o em nossas letras, mas era, por temperamento e formação, um conservador de estirpe neoclássica”.

²⁷ “Prefácio” in *Revista Niterói*. n. 1, Paris: Libraire Dauvin et Fontaine, 1836.

²⁸ idem.

Os intelectuais como intérpretes da Nação: A Revista *Niterói* e a introdução do Romantismo no Brasil 147

²⁹ Magalhães extrai a teoria de Friedrich Schlegel, sem no entanto, citá-lo. Provavelmente Magalhães e os demais jovens românticos não leram Schlegel no original, já que o alemão era uma língua periférica no início do século XIX.

³⁰ SILVA, M. Pereira da. ob. cit.

³¹ idem. p. 26

³² MAGALHÃES, Gonçalves de. “Ensaio sobre a história da literatura no Brasil”. in *Revista Niterói*. n. 1, p.252, Paris: Libraire Dauvin et Fontaine, 1836.

³³ idem, p.261

³⁴ idem p.260.

³⁵ SILVA, M. Pereira da. “Estudos sobre a literatura” in *Revista Niterói*.n. 1, Paris: Libraire Dauvin et Fontaine, 1836.

³⁶ idem, p.239.

³⁷ Optamos por introduzir o conceito de povo entre aspas, pois ele expressa o esforço dos intelectuais românticos em definir quem faz parte da nação e encarna os valores nacionais à medida que eles descobrem e idealizam os grupos e segmentos de classe que são desconhecidos, periféricos ou marginais na sociedade de acordo com a perspectiva da burguesia no alvorecer do século XIX. Esta noção de “povo” indica a síntese de características comuns e homogeneizadoras de grupos tão díspares, desprezando contrastes sócio-econômicos e conflitos políticos e étnicos, políticos e religiosos.

³⁸ SILVA, M. Pereira da. ob. cit. p.217.

³⁹ HOMEM, Francisco Sales Torres. “Considerações econômicas sobre a escravatura” in *Revista Niterói*. n. 1, Paris: Libraire Dauvin et Fontaine, 1836.

⁴⁰ MAGALHÃES, D. Gonçalves de. ob. cit.

⁴¹ “Prefácio”.ob. cit.

⁴² MAGALHÃES, D. Gonçalves de. ob. cit. p.159.

⁴³ PICARD, Roger. *El Romanticisme social*. México: Fondo de cultura económica, 1986. p. 209.

⁴⁴ idem. p.245.

⁴⁵ SILVA, M. Pereira da. ob.cit. p.244.

⁴⁶ idem. p.239.

⁴⁵ “Observação Final” in *Revista Niterói*. n. 2, Paris: Libraire Dauvin et Fontaine, 1836.